

ÍNDICE

	Págs.
I. Direito Penal Internacional e da União Europeia.....	9
1. Pedro Caeiro — <i>Claros e escuros de um auto-retrato: breve anotação à jurisprudência dos Tribunais Penais Internacionais para a antiga Jugoslávia e para o Ruanda sobre a própria legitimidade</i>	11
2. Anabela Miranda Rodrigues — <i>O Mandado de Detenção Europeu — na via da construção de um sistema penal europeu: um passo ou um salto?</i>	33
3. Anabela Miranda Rodrigues — <i>A nova Europa e o velho défice democrático: a matéria penal</i>	59
4. Pedro Caeiro — <i>Cooperação Judiciária na União Europeia</i>	69
5. Anabela Miranda Rodrigues — <i>A Globalização do Direito Penal — Da Pirâmide à Rede ou entre a Unificação e a Harmonização</i>	81
II: Teoria Geral e Sistema Punitivo	93
6. José de Faria Costa — <i>O fenômeno da globalização e o direito penal económico</i>	95
7. José de Faria Costa — <i>A criminalidade em um mundo globalizado: ou plaidoyer por um direito penal não-securitário</i>	113
8. José M. Damião da Cunha — <i>Perda de bens a favor do Estado</i>	127
III. Criminalidade Organizada	157
9. Anabela Miranda Rodrigues — <i>Política criminal — novos desafios, velhos rumos</i>	159
10. Anabela Miranda Rodrigues — <i>Criminalidade organizada — que política criminal?</i>	183
11. Jorge de Figueiredo Dias/Pedro Caeiro — <i>A Lei de Combate ao Terrorismo</i>	199
IV. Direito Penal Fiscal	227
12. Manuel da Costa Andrade — <i>O abuso de confiança fiscal e a insustentável leveza (de um acórdão) do Tribunal Constitucional</i>	229
13. Manuel da Costa Andrade — <i>A Fraude fiscal — Dez anos depois, ainda um "crime de resultado cortado"?</i>	255
14. Susana Aires de Sousa — <i>Sobre o bem jurídico-penal protegido nas incriminações fiscais</i>	293
15. Manuel da Costa Andrade / Susana Aires de Sousa — <i>As metamorfoses e desventuras de</i>	

Composição e impressão



ISBN 972-32-0836-9 (Obra completa)

ISBN 978-972-32-1671-4 (Vol. III)

Depósito Legal n.º 125 502/98

	Págs.
V. Corrupção	337
16. Frederico de Lacerda da Costa Pinto — <i>A intervenção penal na corrupção administrativa e política</i>	339
17. Cláudia Santos — <i>A Corrupção [Da luta contra o crime na intersecção de alguns (distintos) entendimentos da doutrina, da jurisprudência e do legislador]</i>	349
VI. Branqueamento de Capitais	375
18. Pedro Caeiro — <i>A Decisão-quadro do Conselho, de 26 de Junho de 2001, e a relação entre a punição do branqueamento e o facto precedente: necessidade e oportunidade de uma reforma legislativa</i>	377
VII. Direito Penal da Empresa	433
19. Susana Aires de Sousa — <i>Direito penal das sociedades comerciais. Qual o bem jurídico?</i>	435
20. Maria João Antunes — <i>A responsabilidade criminal das pessoas colectivas entre o direito penal tradicional e o novo direito penal</i>	457
21. Nuno Brandão — <i>O regime sancionatório das pessoas colectivas na revisão do Código Penal</i>	461
VIII. Direito Penal do Consumidor	473
22. Augusto Silva Dias — <i>Entre «comes e bebes»: debate de algumas questões polémicas no âmbito da protecção jurídico-penal do consumidor (a propósito do Acórdão da Relação de Coimbra de 10 de Julho de 1996)</i>	475
23. Augusto Silva Dias — <i>Linhos gerais do regime jurídico dos crimes contra interesses dos consumidores no Anteprojecto de Código do Consumidor</i>	557
IX. Direito Penal do Ambiente	577
24. Cláudia Santos — <i>O crime ambiental: crime organizacional ou crime organizado</i>	579
25. Frederico de Lacerda da Costa Pinto — <i>Sentido e limites da protecção penal do ambiente</i>	591
26. Jorge de Figueiredo Dias — <i>O papel do direito penal na protecção das gerações futuras</i>	603
X. Direito Penal do Mercado dos Valores Mobiliários	615
27. Frederico de Lacerda da Costa Pinto — <i>Falsificação de informação financeira nas sociedades abertas</i>	617
28. Frederico de Lacerda da Costa Pinto — <i>Erro e consciência da ilicitude em infracções contra o mercado de valores mobiliários</i>	661
XI. Ilícito de Mera Ordenação Social	679

	Págs.
30. António Manuel de Almeida Costa — <i>A propósito do novo Código do Trabalho: bem jurídico e pluralidade de infracções no âmbito das contra-ordenações relativas ao «trabalho suplementar» — subsídio para uma dogmática do direito de mera-ordenação-social-laboral</i>	693
31. Nuno Brandão — <i>Questões contra-ordenacionais suscitadas pelo novo regime legal da mediação de seguros</i>	721